

BALANÇO PATRIMONIAL  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
<b>CIRCULANTE</b>	<b>193.218</b>	<b>198.131</b>	<b>CIRCULANTE (10)</b>	<b>1.244</b>	<b>1.244</b>
<b>DISPONIBILIDADES (4)</b>	<b>20.594</b>	<b>84.437</b>	Outras Obrigações	1.244	1.244
<b>BANDES - Depósitos de Livre Movimentação</b>	<b>20.594</b>	<b>84.437</b>			
Disponibilidades	12.147	76.170	<b>PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (11)</b>	<b>988</b>	<b>358</b>
Disponibilidades – SIF	8.447	8.267	Provisão de Ações Cíveis	988	358
<b>REPASSES INTERFINANCEIROS (6)</b>	<b>108.467</b>	<b>59.410</b>			
<b>Devedores por Repasses a Agentes Financeiros</b>	<b>108.467</b>	<b>59.410</b>	<b>CREDORES DIVERSOS – PAIS (12)</b>	-	<b>595</b>
BANDES	108.467	59.410	Valores p/ Quitação de Bens Não de Uso	-	595
<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	<b>55.334</b>	<b>37.059</b>			
Empréstimos (4.b)	23.767	2.946	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (13)</b>	<b>190.986</b>	<b>195.934</b>
Operação Cessão de Crédito (7)	31.567	34.113			
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>4.294</b>	<b>7.531</b>	<b>Recursos de Incentivos Fiscais</b>	<b>1.655</b>	<b>1.655</b>
<b>Títulos de Renda Fixa (5.b)</b>	<b>124.073.005</b>	<b>87.921.773</b>	<b>Cotistas</b>	<b>7.802</b>	<b>7.802</b>
<b>Debêntures da Carteira Própria</b>	<b>124.073.005</b>	<b>87.921.773</b>	Cotas Emitidas	7.802	7.802
Debêntures Conversíveis em					
Ações - Normais	2.248.660	2.248.660	<b>Resultados Acumulados</b>	<b>181.529</b>	<b>186.477</b>
Debêntures Conversíveis em			<b>Resultados de Exercícios Anteriores</b>	<b>186.477</b>	<b>176.034</b>
Ações - Em Atraso	54.504.379	38.062.603			
Debêntures Não Conversíveis em					
Ações - Em Atraso - Lei 8.167/91	150.433	150.433	<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(4.948)</b>	<b>10.443</b>
Debêntures Não Conversíveis em			Lucro/Prejuízo do Exercício	(4.948)	10.443
Ações - Em Atraso - MP 2.199/01	67.169.533	47.460.077			
<b>Títulos de Renda Variável (5.a)</b>	<b>60.374</b>	<b>63.611</b>			
Ações da Carteira Própria	52.435	52.435			
Cotas de Outros Fundos	7.939	11.176			
<b>(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS</b>	<b>(124.129.085)</b>	<b>(87.977.853)</b>			
(-) Títulos de Renda Fixa	(124.073.005)	(87.921.774)			
(-) Títulos de Renda Variável	(56.080)	(56.079)			
<b>CRÉDITOS VINCULADOS</b>	<b>69</b>	<b>68</b>			
<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>69</b>	<b>68</b>			
Depósitos Judiciais – IR	69	68			
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>4.460</b>	-			
<b>Rendas a Receber</b>	<b>10</b>	<b>10</b>			
<b>Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a receber</b>	<b>10</b>	<b>10</b>			
Ações da Carteira Própria	10	10			
<b>(-) Provisão para Rendas a Receber</b>	<b>(10)</b>	<b>(10)</b>			
<b>(-) Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a receber</b>	<b>(10)</b>	<b>(10)</b>			
(-) Ações da Carteira Própria	(10)	(10)			
<b>Diversos</b>	<b>4.460</b>	-			
Devedores por Compra de Valores e Bens	4.460	-			
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	-	<b>9.626</b>			
<b>Bens Não de Usos Próprio</b>	-	<b>9.626</b>			
Imóveis não de uso próprio	-	9.626			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>193.218</b>	<b>198.131</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>193.218</b>	<b>198.131</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)**

	2020	2019
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>36.155.362</b>	<b>27.088.185</b>
Remuneração s/ Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição (4)	1.469	2.962
Rendas de Operação de Crédito	460	240
Rendas de Operação de Crédito	460	240
<b>Rendas de Títulos de Renda Fixa</b>	<b>36.151.232</b>	<b>25.927.656</b>
Custos Básicos	2.540	3.338
Encargos Financeiros	352	460
Encargos sobre Atraso	36.148.340	25.923.858
<b>Rendas de Títulos de Renda Variável</b>	<b>74</b>	<b>390</b>
Valorização da Carteira de Ações	74	390
<b>Rendas de Operações de Repasse</b>	<b>1.911</b>	<b>2.123</b>
BANDES	1.911	2.123
<b>Reversão de Provisões</b>	<b>215</b>	<b>1.154.626</b>
Títulos de Renda Fixa	-	1.154.559
Reversão de Prov. Proc. Judiciais	215	67
<b>Outras Rendas</b>	<b>1</b>	<b>188</b>
<b>RECEITAS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>165</b>	<b>-</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(36.156.808)</b>	<b>(27.077.742)</b>
<b>Despesas de Títulos de Renda Variável</b>	<b>(367)</b>	<b>(446)</b>
Desvalorização da Carteira de Ações	(367)	(446)
<b>Taxa de Administração da Carteira (9)</b>	<b>(4.068)</b>	<b>(3.942)</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(198)</b>	<b>(406)</b>
<b>Despesas de Provisões</b>	<b>(36.152.076)</b>	<b>(26.494.684)</b>
Títulos de Renda Fixa (5b)	(36.151.232)	(26.494.326)
Provisão Desp. c/ Processos Judiciais	(844)	(358)
<b>Outras Despesas</b>	<b>(99)</b>	<b>(578.264)</b>
<b>DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>(3.667)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(4.948)</b>	<b>10.443</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de Reais)**

Eventos	Recursos de Incentivos Fiscais	Cotas Emitidas	Resultados Acumulados	TOTAL
<b>SALDOS EM 31/12/2019</b>	<b>1.655</b>	<b>7.802</b>	<b>186.477</b>	<b>195.934</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2019</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.443</b>	<b>10.443</b>
<b>SALDOS EM 31/12/2019</b>	<b>1.655</b>	<b>7.802</b>	<b>186.477</b>	<b>195.934</b>
- Prejuízo do Exercício	-	-	(4.948)	(4.948)
<b>SALDOS EM 31/12/2020</b>	<b>1.655</b>	<b>7.802</b>	<b>181.529</b>	<b>190.986</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2020</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.948)</b>	<b>(4.948)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de Reais)**

	2020	2019
<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>84.437</b>	<b>61.385</b>
<b>ENTRADAS NO PERÍODO (A)</b>	<b>37.623</b>	<b>40.786</b>
Remuneração s/Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição	1.469	2.962
Repasse/Encargos Financeiros	32.890	37.204
Alienação de Bens Não de Uso	1.100	595
Dividendos	-	-
Resgate de Ações	-	-
Resgate/Renegociação de debêntures	-	25
Assunção de Ativos - FUNDESUL	3.264	-
<b>SAÍDAS NO PERÍODO (B)</b>	<b>(102.566)</b>	<b>(17.734)</b>
Ordens de Liberação Emitidas – Repasse	(96.022)	(11.195)
Operação Cessão de Créditos	-	-
Investimentos em outros Fundos	(2.147)	(1.081)
Taxa de Administração de Carteira	(4.068)	(3.942)
Resgate de Cotas - SIF	-	(1)
SPREAD de Operação de Crédito	(99)	-
Outras Despesas	(230)	(1.515)
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (A-B)</b>	<b>(63.842)</b>	<b>23.052</b>
<b>SALDO FINAL</b>	<b>20.594</b>	<b>84.437</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

### 1. Contexto Operacional

O FUNDES – Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo foi instituído pela Lei 9.968 de 27 de dezembro de 2012 para recepcionar os recursos do FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, encerrado em 14 de outubro de 2014, por meio da Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional.

Em 07 de agosto de 2014, o Fundo teve novo ordenamento jurídico, com a edição da Lei 10.262. O patrimônio do FUNDES é operacionalizado e gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

### 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, e com práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

A provisão para desvalorização de títulos de renda fixa e variável, avaliação da carteira de títulos e apropriação das rendas de debêntures, continuam fundamentadas na legislação aplicada ao extinto FUNRES.

Estas demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão em 19 de março de 2021 pela Administração (Fundamento: Art. 7, Incisos XIII e XV do Decreto Regulamentar 4092-R de 05-04-2017).

### 3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

#### a. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas originadas das operações de créditos adquiridas, que por se tratarem de créditos contingentes, referindo-se a créditos com qualidade deteriorada e, portanto, baixados para prejuízo, são apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento. (nota 7)

#### b. Direitos

Constituídos por repasses interfinanceiros, operações de créditos e debêntures. Estão demonstrados pelos valores de realização, com apropriação dos rendimentos em base *pro-rata-die* até o encerramento do balanço. (Nota 6)

#### c. Participação em Ações

As participações em ações estão registradas pelo custo histórico e reduzidas por provisões para perdas, combinadas com as seguintes prescrições:

- Os dividendos das participações acionárias quando declarados e aprovados em assembleia geral de acionistas são contabilizados na rubrica "Rendas de Títulos de Renda Variável";
- As variações patrimoniais da carteira de ações são contabilizadas nas rubricas "Valorização da Carteira de Ações" (se positivas), e "Desvalorização da Carteira de Ações" (se negativas);
- A provisão para desvalorização da carteira é contabilizada nas contas de Resultado do Exercício.

#### d. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Variável

A provisão para desvalorização da carteira de ações é realizada com base em critérios diferenciados de pontuação, considerando-se fatores determinantes do risco de cada empreendimento, porte e performance do setor de atuação, características da estrutura administrativa-organizacional, níveis de operação relativos à capacidade instalada, e também, no critério estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional, que determina a constituição de provisão no percentual de 100% (cem por cento) do valor contábil das ações, para as empresas que não remeterem as demonstrações contábeis do exercício social até o dia 31 de dezembro do exercício imediatamente posterior.

#### e. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Fixa

A provisão para perdas com debêntures é constituída de acordo com os seguintes critérios: 100% das parcelas vencidas para as debêntures com prazo de inadimplemento a partir de 60 dias, conforme estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional e 100% do valor das parcelas vencidas e vincendas para as debêntures em cobrança judicial e daquelas cujos projetos estejam paralisados ou inacabados.

f. A moeda funcional utilizada pelo FUNDES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações contábeis, nas quais os valores expressos estão em milhares de reais.

### 4. Disponibilidades no Banco Operador

a. As disponibilidades R\$ 20.594 (R\$ 84.437 em 2019) são remuneradas conforme art. 4º da Lei 10.262 de 08 de agosto de 2014 mediante aplicação de taxa idêntica a adotada na caderneta de poupança. No exercício de 2020, a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis totalizou R\$ 1.469 (R\$ 2.962 em 2019).

b. A Lei Estadual nº 11.226 de 29 de dezembro de 2020 extinguiu o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Sul do Estado do Espírito Santo – FUNDESUL transferindo ativos e passivos ao Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES, que recebeu R\$ 3.264 em Disponibilidades e R\$ 1.828 em Operações de Crédito.

### 5. Carteira de Títulos

#### a. Ações

Referem-se às participações societárias oriundas da subscrição e integralização de ações e da conversão de debêntures. A avaliação dos títulos é efetuada periodicamente com base nas disposições contidas no art. 7º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, Decreto nº 101, de 17 de abril de 1991, Resolução nº 1.660 de 20 de outubro de 1989, do Banco Central do Brasil e Portaria nº 118 de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional.

Para efeito de avaliação, as ações serão computadas pela cotação média do último dia de negociação, na hipótese de ações cotadas em Bolsa, ou pelo valor patrimonial, com base no balanço da empresa do último exercício social.

Quanto à provisão para desvalorização das ações não houve constituição e nem reversão nos exercícios de 2019 e 2020.

#### b. Debêntures

A remuneração das debêntures é efetuada com base nos índices contratuais (especificamente a TJLP), acrescidos de juros de 4% ao ano, apropriados mensalmente em base *pro-rata-die*, a crédito de contas de resultado, sob o título "Rendas de Títulos de Renda Fixa". Para as debêntures provenientes de processos de renegociação efetuados com base na Medida Provisória nº 2.199 de 24 de agosto de 2001, e alterações posteriores, a remuneração é de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) ao ano. Essa remuneração é condizente com os encargos financeiros dos Fundos Constitucionais de Financiamento exigidos para empreendimentos de médio porte.

As debêntures conversíveis em ações podem ser convertidas após a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado, e publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. As debêntures não conversíveis têm prazo médio total de sete anos para pagamento.

Atendendo à Medida Provisória nº 2.199/2001, e alterações posteriores, é utilizada somente a modalidade de subscrição de debêntures conversíveis em ações. A conversão deve efetivar-se integralmente no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado.

A provisão para desvalorização constituída até dezembro de 2020 foi de R\$ 36.151.232 (R\$ 26.494.326 em 2019).

### 6. Repasses Interfinanceiros

#### a. Financiamentos

Representam os valores repassados ao agente financeiro Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

REPASSES FINANCEIROS	Saldo das Operações		% de Representatividade	
	2020	2019	2020	2019
FUNRES/FLORESTAL	-	2	0,00	0,00
FUNRES / TURISMO	150	311	0,14	0,53
FUNRES / MÉDIA EMPRESA COMPETITIVA	1.363	3.264	1,25	5,50
FUNRES / FOMENTO RURAL	6.028	9.126	5,56	15,36
FUNDES/CRÉDITO FÁCIL	-	75	0,00	0,13
INVESTIMENTO FIXO E MISTO	-	43	0,00	0,07
FUNDES IMI III	4.255	13.202	3,92	22,22
FUNDES/IFM	1.526	2.746	1,41	4,62
FUNDES/TURISMO	4.284	5.164	3,95	8,69
FUNDES/ECONOMIA VERDE	3	150	0,00	0,25
FUNDES ECONOMIA CRIATIVA LP	128	378	0,12	0,64
FUNDES/MICROCREDITO IFM	-	18	0,00	0,03
FUNDES/MICROCREDITO IMI III	12	37	0,01	0,06
FUNDES/ECONOMIA VERDE - RISCO "C"	546	940	0,50	1,58
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - RISCO "C"	357	525	0,33	0,89
FUNDES/TURISMO - RISCO "C"	21.638	3.054	19,95	5,14
FUNDES/IFM- TAXA VARIÁVEL	148	415	0,14	0,70
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - BÔNUS	301	459	0,28	0,77
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - BÔNUS - TAXA VARIÁVEL	3.508	874	3,23	1,47
FUNDES/ECONOMIA SELIC	51	91	0,05	0,15
FUNDES ECONOMIA CRIATIVA SELIC	125	199	0,11	0,34
FUNDES TURISMO SELIC	94	125	0,09	0,21
FUNDES TURISMO SELIC - RISCO C	2.961	5.193	2,73	8,74
FUNDES/GIRO - TAXA VARIÁVEL-SELIC	86	156	0,08	0,26
FUNDES/GIRO - TAXA VARIÁVEL-SELIC-RISCO C	30.694	11.989	28,30	20,18
FUNDES/INDUSTRIA 4,0	1.249	874	1,15	1,47
FUNDES / GIRO EMERGENCIAL	27.443	-	25,30	0,00
FUNDES / PÓS-COLHEITA - COMERCIALIZAÇÃO	1.516	-	1,40	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>108.466</b>	<b>59.410</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de "Rendas de Operações de Repasse".

O Fundo não constituiu provisão para perdas em "Financiamentos", devido à inexistência de atrasos nos pagamentos e ao baixo risco de crédito do agente financeiro.

### 7. Créditos Adquiridos

Correspondem a operações de créditos adquiridas do BANDES, nos termos da Lei estadual nº 10.764/17, que alterou a Lei estadual nº 10.262/14 e deliberação do Conselho de Gestor do FUNDES, em reunião datada de 06/09/2017. A cessão é regida subsidiariamente pelos artigos 286 a 298 do Código Civil Brasileiro e Resolução CMN/BACEN nº 2.836/01.

OPERAÇÃO CESSÃO DE CRÉDITO				
	Saldo das Operações		Representatividade %	
	2020	2019	2020	2019
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2010-2011	3.467	3.924	10,98	11,50
CC - BNDES - PRONAF INVESTIMENTO 2011-2012	13.274	13.925	42,05	40,82
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2011-2012	7.704	8.149	24,41	23,89
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2012-2013	3.938	4.279	12,48	12,54
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2013-2014	2.519	2.672	7,98	7,83
CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2014-2015	806	869	2,55	2,55
CC - BNDES - PRONAF MULHER INVESTIMENTOS SAFRA 2012-2013	1.631	1.810	5,17	5,31
( - ) DESCONTOS OBTIDOS EM CESSÃO DE CRÉDITO	(7.464)	(7.464)	(23,65)	(21,88)
CC / BNDES / PRONAF D	1.231	1.310	3,90	3,84
CC / BNDES / PRONAF D II	1.316	1.439	4,17	4,22
CC / BNDES / PRONAF C I	513	513	1,63	1,50
CC / BNDES / PRONAF CII	1.096	1.117	3,47	3,27
CC / BNDES / PRONAF / MULHER INVESTIMENTO	403	411	1,28	1,21
CC / BNDES / PRONAF / INVESTIMENTO SAFRA 2010-2011	1.133	1.159	3,59	3,40
<b>TOTAL</b>	<b>31.567</b>	<b>34.113</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

**8. Remuneração do Banco Operador**

A Remuneração das disponibilidades foi calculada no exercício de 2020 de acordo com o art. 8º do Decreto 4092-R de 05 de abril de 2017 que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 2,1% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, podendo ser debitado em parcelas mensais.

**9. Relações com o Banco Operador**

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	2020	2019	2020	2019
Disponibilidades no Banco Operador	20.594	84.437	-	-
SPREAD de Operação de Crédito	-	-	(99)	-
Taxa de administração da carteira	-	-	(4.068)	(3.942)
Rendas sobre Disponibilidades de Recursos	-	-	1.469	2.962

**10. Passivo Circulante**

Corresponde aos recursos pertencentes às empresas incentivadas oriundos de devolução de taxa de análise conforme determinado no Acórdão nº. 2.236/2006 do Tribunal de Contas da União.

**11. Provisão de Ações Cíveis**

Para cobertura de dispêndios com demandas judiciais, a Administração, constituiu provisões em montante suficiente para cobrir perdas estimadas com as ações judiciais em curso, conforme as seguintes classificações: ações com risco provável – provisão constituída no valor atualizado da causa R\$ 988 (R\$ 358 em 31 de dezembro de 2019);

ações com risco possível – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas R\$ 1.430 (R\$ 510 em 31 de dezembro de 2019).

**12. Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido de R\$ 190.986 (R\$ 195.934 em 2019) é constituído dos grupos e subgrupos: recursos de incentivos fiscais, cotistas, resultados acumulados, resultados de exercícios anteriores e resultado do exercício.

**13. Efeitos Covid-19**

A Administração atenta a possíveis impactos nas demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2020 e futuros, provocados especificamente pelo "COVID-19", tem monitorado permanentemente variações potenciais nos resultados, principalmente quanto a possíveis impactos de quedas na Taxa Selic, que podem sensibilizar negativamente as receitas financeiras e taxas de juros das operações e estuda medidas para atenuá-las.

**MUNIR ABUD DE OLIVEIRA**  
Diretor-Presidente

**IRANILSON CASADO PONTES**  
Diretor de Administração e Finanças

**LUIZ FERNANDO C. DE MELLO LEITÃO**  
Diretor de Negócios

**MARIA EMILIA VIEIRA DA SILVA**  
Diretora Operacional

**VALDIR DOS SANTOS**  
Contador CRC/ES 13.555/O-3

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Aos**

**Administradores do FUNDES - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (Instituído pela Lei Estadual nº 10.262/2014 e Operado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES).**

**Vitória - ES**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e da movimentação dos recursos, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo**, em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e da movimentação dos recursos para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, de acordo com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
  - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
  - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2021.

**RUSSELL BEDFORD BRASIL**  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico